

POR UMA SOCIEDADE DECOLONIAL: TERRITORIALIDADES E INTERCULTURALIDADES

MAICON DORIGATTI
Mestre em Educação
Bolsista CAPES/PROSUC
dorigatti.maicon@gmail.com

INTRODUÇÃO

A escrita deste trabalho, parte de reflexões desenvolvidas a partir do evento “VIII Jornadas o Pensamento de Rodolfo Kusch, territorialidades e interculturalidades: movimentos seminiais na América profunda”, ocorrido em novembro de 2019 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trazendo perspectivas decoloniais e emancipatórias, práticas e saberes populares, valorização da Educação Popular e as experiências de coletivos latino-americanos, o evento internacional contou com a participação de povos nativos da Argentina, Brasil e Chile, representados principalmente pelos Mapuche e Tupi Guarani, e a representatividade dos oprimidos socialmente por classe, etnia e gênero.

Primeiramente, o texto desenvolve aspectos reflexivos de uma sociedade capitalista e submissa a uma legitimação epistemológica. Em seguida, se desenvolve um recorte baseado na escuta de povos originários que pela perspectiva de luta, trazem o resistir como meio de persistir.

A partir das exposições e discussões, me coloco a falar e analisar como sujeito latino-americano. Me coloco a ouvir e a lutar pelos direitos da natureza e dos invisibilizados, a partir de minhas possibilidades como indivíduo pesquisador, advindo de uma sociedade subjugada e explorada.

UMA AMÉRICA IMPOSTA QUE NÃO SE RECONHECE: O SER REFÉM DE UMA LEGITIMAÇÃO

Historicamente, a América Latina - e em comum o sul global-, se encontra em situações de dominação cultural, social, econômica e política. Vivendo as bases de uma sociedade imposta pelo poder eurocêntrico, e mais contemporaneamente estadunidense, a



região perpassa por intensos e desiguais momentos de exploração, inferiorização e subjugação.

Entre os processos que perpassaram pela colonização à colonialidade, pactuados na imposição de um sistema mundo capitalista e neoliberal, governado e imposto por uma hegemonia branca e patriarcal ramificada em pequenas elites burguesas, da perspectiva dominante, o olhar do colonizador se colocou como superior perante o colonizado, numa perspectiva de “superioridade biológica”, o que "justificaria" sua escravidão, e inferiorização das relações de trabalho (STRECK; ADAMS; MORETTI, 2010).

Em uma perspectiva política, *“la colonialidad del poder, [...] es un concepto que describe el dispositivo que produce y reproduce la diferencia colonial más allá de la diferencia étnica”* (DELGADO, 2007, p. 199). Tal conceito se subdivide nos aspectos socioculturais, epistemológicos, econômicos e políticos, decorrendo nas discriminações étnicas, de gênero e de classe, gerando uma leitura parcial e epistêmica de quem é “detentor” do conhecimento visto como validado e ajuizador de valores sociais e humanitários.

No ambiente acadêmico, as etimologias científicas estão a mercê de tais propósitos, epistemologicamente dividindo conhecimentos e saberes com distinções de legitimação. Em oposição, práticas que visam propor a participação e acolhimento de outras perspectivas sociais, não tratam de considerar uma inclusão ausente de uma pluriculturalidade ou interculturalidade, mas de permitir outras perspectivas de saberes, trabalhos, línguas e movimentos, à exemplo da Educação Popular.

De acordo com Castro-Gómez (2007, p. 81), temos dois tipos de modelos que podemos identificar na instituição da universidade e do conhecimento social:

El primer elemento común que me parece identificar es la estructura arbórea del conocimiento y de la universidad. Ambos modelos favorecen la idea de que los conocimientos tienen unas jerarquías, unas especialidades, unos límites que marcan la diferencia entre unos campos del saber y otros, unas fronteras epistémicas que no pueden ser transgredidas, unos cánones que definen sus procedimientos y sus funciones particulares. El segundo elemento común es el reconocimiento de la universidad como lugar privilegiado de la producción de conocimientos.



Assim, pela legitimação e hierarquização concedidos à academia “*a universidad es vista, no sólo como el lugar donde se produce el conocimiento que conduce al progreso moral o material de la sociedad, sino como el núcleo vigilante de esa legitimidad*” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 81).

Concomitantemente, como consequência da maquinaria institucionalizada pelo capitalismo, “*bajo las condiciones sentadas por el capitalismo global, la universidad deja de ser el ámbito en el cual el conocimiento reflexiona sobre sí mismo*” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 84). Na pós-modernidade se dá o momento em que o sistema capitalista se torna planetário, e em que a universidade começa a se curvar aos imperativos do mercado global. Isso a leva a uma crise de legitimação.

A globalização do capitalismo faz com que a universidade não seja mais o lugar privilegiado para a produção de conhecimento. Devendo este passar pelo crivo do capital que é gerido pela hegemonia - que no ocidente é representado pelo eurocentrismo patriarcal que colonizou, escravizou e catequizou o sul global-, e na pós-modernidade estabeleceu pelas bases mercadológicas o que é válido epistemologicamente, além de as bases do conhecimento estarem a serviço do capital, ampliou demasiadamente a desconsideração das práticas e os saberes populares.

Partindo do exposto, a teoria decolonial surge como ímpeto de resistir e emancipar os sujeitos rotulados como subalternos.

PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS

Em um recorte que trata de aspectos e visões dos povos originários que estão em luta nos diferentes espaços latino-americanos, a forma pela qual o indígena é desconsiderado socialmente e culturalmente parte de uma estratégia que ignora e diminui seus conhecimentos, os excluindo dos estudos escolares históricos, culturais e sociais. Sua identidade, de uma América profunda é silenciada. Junto ao trauma do colonialismo, ocorre o “preconceito



cordial”, com sua memória sendo apagada numa violência e negação presentes na sociedade urbanizada.

Fazer com que a população não tenha empatia pelas suas privações e lutas e não reconheça a sua influência na construção cultural, é o mais perverso das estratégias. O modo de ser indígena - indiferente ao neoliberalismo desenfreado que privilegia a economia ante os sujeitos-, incomoda a sociedade capitalista porque este não trabalha para ela, que acaba por a tratar como antiprodutiva e um fardo ao Estado.

Sua arte não cabe aos modelos racionalistas hegemônicos, aos parâmetros europeus que classificam as expressões artísticas ocidentais. A invenção popular e criativa, sensível ao conteúdo mais que à forma, é repulsivo ao poder da indústria cultural.

O nativo teve que se adaptar na forma de viver, andar, vestir. Para ser reconhecido como cidadão, precisou conferenciar no meio social urbano e lidar com uma catequização imposta por religiões que acometeram sua cultura, sofrendo com a intervenção de tais instituições que objetivam os sujeitar. As estruturas políticas se apoderaram e se apropriaram de seus territórios. Ainda, são muitas as instituições que os consideram como constitucionalmente incapazes (UFRGS, 2019).

O Estado, a escola de reprodução, a igreja que catequiza e anula a espiritualidade indígena, o sistema de saúde que trata do físico, mas não do psicológico e espiritual, impõem uma prática colonialista de conhecer o outro para dominar o outro que reprime suas subjetividades.

A definição da fronteira/território destes povos foi um acordo de governos que se obrigaram a reconhecer um espaço. No entanto, de forma deliberada e com apoio de instituições do Estado, invasores violam acordos e invadem estas áreas. Sendo acometidos por incontáveis violências, sofrem chacinas, genocídios e a não demarcação de sua terra (UFRGS, 2019).

A escola e educação indígenas sofrem com sua destruição cultural, pois integradas à sociedade urbana são forçadas à uma aculturação. Neste sistema, existe um processo de discriminação pela dificuldade de alfabetização, que na verdade desconsidera as diferenças de idiomas. Quando um povo perde sua língua perde também toda a sua significação cultural



atrelada a esta língua - a linguagem é um dos invasores e anuladores culturais. Á vista disso, se fortaleceu um movimento que luta pela formação de professores para educação e escola indígenas, contemplada na constituição de 1988 (UFRGS, 2019).

Dessa maneira surgem meios pelos quais o indígena se utiliza para poder resistir e persistir - como falar a língua predominante-, o que não deixa de gerar uma discriminação epistêmica em sistemas educacionais que desconsideram os saberes destes povos. Por isso, sua resistência parte de uma afirmação e resgate culturais, pela valorização da sua língua, costumes, espiritualidade e educação, como as licenciaturas indígenas com escolas inseridas em seus povoados e aldeias (UFRGS, 2019).

Conforme apontado e afirmado em algumas conferências pelos membros Mapuches presentes, o índio não tem rancor, tem memória. O discurso decolonial parte do entendimento de que a Europa mentiu, de que é falso seu discurso criador, central. Esse discurso decolonial não lhes toca em totalidade porque não se veem como enganados, foram sujeitos, obrigados, culturalizados, mas não enganados. O mesmo posicionamento em relação à desterritorialidade e a interculturalidade. O povo indígena teve muita sabedoria e resistência em ser/estar até hoje (UFRGS, 2019).

Para finalizar, apresentamos três citações feitas pela “Mídia Índia - A voz Dos Povos”, página virtual presentes na rede social Facebook e que apresenta injustiças e lutas com os povos indígenas no Brasil pelas suas perspectivas, e que refletem as questões decoloniais:

É preciso que todos saibam que nossa própria sobrevivência é vista e tida como um ato radical. Afinal somos considerados um obstáculo para projetos desenvolvimentistas que destroem a Mãe Terra. Somos sujeitos de direito e precisamos ser considerados. Somos Borun Watu, Somos "Earth Beings", somos seres e entes da Mãe Terra. Erehé ynhait! (ÍNDIA, 2020).

Em uma referência à exclusão, “nós indígenas podemos ser quem vocês são, sem deixar de ser quem somos”. Em menção às lutas, “vamos juntos, existir para resistir, levar a voz dos povos indígenas para o mundo, comunicar para lutar e demarcar!” (ÍNDIA, 2020).



Como um contrato social, renuncia-se à liberdade subjetiva em nome de direitos fundamentais e de uma segurança que é de obrigação Estado. Não é para nem do, é desde o latino-americano. É forma, é conteúdo, é saber. É força e emancipação. São ideais indissociáveis.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 79-91.

DELGADO, Carolina Santamaría. El Bambuco y los Saberes Mestizos: Academia y colonialidad del poder en los estudios musicales latinoamericanos. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 195-215.

ÍNDIA, Mídia. **A Voz Dos Povos**. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/VozDosPovos>. Acesso em: 18 nov. 2020.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron Zanini. Pensamento pedagógico em nossa América: uma introdução. In: STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana**: uma antologia. Belo Horizonte: Aautêntica, 2010. p.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Territorialidades e interculturalidades: movimentos seminiais na América profunda. VIII Jornadas o Pensamento de Rodolfo Kusch. 06-08 de nov de 2019. Notas de Aula.

